

**ACTA NÚMERO 2**  
**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2009**

Aos 28 dias do mês de Novembro do ano de dois mil e nove, reuniu, extraordinariamente pelas 9.00 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída pelos senhores: Dr. Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Dra. Olga Samões e o senhor Manuel Antunes de Magalhães, respectivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar pelos senhores Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dr Abel Coelho, senhor Carlos Pereira, Dr. José Luís Gaspar, Da Maria José Castelo Branco, Dr. António Araújo e Prof. Dr. Jorge Magalhães Mendes, respectivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

**Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:**

Pedro Cunha, Ercília Costa, Amélia Oliveira, Raimundo Magalhães Carvalho, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Avelino Teixeira Carmo, Henrique Batista, Olívia da Conceição Carvalho, Olga Maria Carvalho Samões, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, Carlos Marques da Silva Macedo, Manuel Basto Carvalho, Manuel Antunes de Magalhães, Cristina Lucinda Teixeira, Carla Babo, **Fernando Gabriel Teixeira, Ana Rita Batista**, Carlos Manuel Azevedo Pereira, Fernando Silva Soares Carneiro, Sara Luísa Maia, Maria Rosa Estabaíña, Eduardo Oliveira Pinheiro, Vítor Briga Rei, Marco Carneiro, **Elisa Antunes**, Pedro Reis, **Hernâni Carneiro**, Raquel Canito, José Augusto Silva, Hélder Justino Barros, Fernando Cerqueira, Luís Manuel Teixeira, Adriano Santos, Susana de Fátima Ribeiro, Natália Gonçalves, Manuel Cândido Mendes Costa, Luís Teixeira Ricardo, José Francisco Rodrigues, António Duarte e Fátima Peixoto.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

AMARANTE ( S. GONÇALO) – Artur Correia  
ABOADELA – António Joaquim Gonçalves  
ABOIM – Manuel Agostinho F. Moura  
ANSIÃES – Armando Batista Carvalho  
ATAÍDE – Lino Manuel S. Macedo  
BUSTELO – Carlos Alberto Pereira Gomes  
CANADELO – António Dias Vitória

CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho  
CARNEIRO – Joaquim Briga  
C. DE REI – **Alexandra Morais que substituiu o Presidente**  
CEPELOS – Américo Paulo da Silva Ribeiro  
CHAPA - António Cândido Alves Pinheiro  
FIGUEIRÓ ( St<sup>a</sup> Cristina) – Fernando Teixeira Mendes  
FIGUEIRÓ – Daniel Pinheiro  
FREGIM – Joaquim Ribeiro Sousa e Castro  
FREIXO DE BAIXO – Alfredo Carvalho  
FREIXO DE CIMA - Abílio Neves  
FRIDÃO – José Joaquim M. Teixeira  
GATÃO - Joaquim Augusto Pinto Coelho  
GONDAR – António Bastos Teixeira  
S. SIMÃO - Liliana Ribeiro  
JAZENTE – Manuel Pinheiro  
Lomba – Paulo Vasconcelos  
LOUREDO – Carlos Magalhães  
LUFREI – António Alexandrino F. Magalhães  
MADALENA – António Pinheiro  
MANCELOS – Carlos César Carvalho  
OLIVEIRA - Vítor Hugo Rocha Vieira  
OLO – Manuel António Leite Ribeiro  
PADRONELO – Luís Silva  
REAL – José Augusto Sousa Oliveira  
SALVADOR – António Gomes Pinheiro  
SANCHE – Henrique Monteiro  
TRAVANCA – Fernando Cunha  
TELÕES – Domingos Teixeira Pinheiro  
VARZEA – Abílio Sampaio  
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo  
VILA CHÃ – Rui Coelho  
VILA GARCIA – Manuel Teixeira

Faltaram a esta sessão da Assembleia Municipal os senhores: Paulo Jorge Ferreira de Almeida e o senhor Presidente da Junta de Rebordelo.

Antes de ser dado início aos trabalhos desta sessão extraordinária, foi necessário dar posse a alguns elementos que iriam estar presentes na referida sessão. Assim, foi então dada a posse à senhora D<sup>a</sup> Fátima Silva Ribeiro Peixoto que substituirá o senhor Dr. Celso Freitas que renunciou ao mandato como membro da Assembleia Municipal.

Tomaram ainda posse os senhores: Fernando Gabriel Carvalho Teixeira, Ana Rita Batista, Elisa Antunes e Hernâni Carneiro, que substituíram respectivamente: Joaquim Cândido Moreira, Joaquim Vieira Soares, António Alcino Norte Simões e Sandra Cristina Marinho.

Dada a posse aos membros acima mencionados, procedeu-se de imediato à chamada para se poder verificar a existência de quórum.

Como não havia ainda um Regimento actualizado, foi necessário chegar a uma grelha de gestão de tempos para o uso da palavra, de modo que os senhores deputados do CDS e da CDU pudessem usar da palavra.

O senhor Presidente da Assembleia propôs, que fossem atribuídos 5 minutos ao CDS e outros 5 minutos à CDU. Não houve, perante esta proposta qualquer oposição da Assembleia. Chegados a este consenso foi então dado início aos trabalhos.

Entretanto o senhor deputado Engenheiro Henrique Batista, perguntou ao senhor Presidente como é que ele iria dar andamento aos trabalhos, se não havia ainda um Regimento, embora se diga no Edital que a sessão se iria regular pela grelha B da gestão de tempos? Lamentou que os deputados não tivessem recebido uma cópia do actual Regimento.

O senhor Presidente disse-lhe que ele tem alguma razão, mas se tivesse algum interesse em ter o Regimento actual na sua posse tinha-o procurado junto dos serviços da Assembleia.

Como esta era uma sessão extraordinária não havia lugar a período de Antes da Ordem do Dia. Assim, passou-se de imediato ao Período da Ordem do Dia.

## **PERIODO DA ORDEM DO DIA**

### **PONTO Nº 1 – ACTA DA SESSÃO DE 26 DE SETEMBRO DE 2009**

Relativamente a este ponto usaram da palavra os senhores:

**FERNANDO CUNHA**, Presidente da Junta de Travanca que disse que embora tenha estado presente na sessão de 26 de Setembro, o seu nome não consta na lista de chamada. Solicitou essa correcção.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Apuraram-se os seguintes resultados:

**VOTOS CONTRA – 0**

**ABSTENÇÕES – 33**

**VOTOS A FAVOR – 42**

A acta foi de seguida aprovada em minuta por UNANIMIDADE, com a correcção solicitada pelo referido Presidente da Junta.

### **PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ESTATUTOS DO IET – INSTITUTO EMPRESARIAL DO TÂMEGA**

Relativamente a este ponto, e antes de ser dado início à discussão, foi feita a leitura de duas propostas, que estão nos anexos desta acta. Uma do BE e outra do PSD, ambas, ainda que por razões diferentes, propunham a retirada do ponto em análise. Depois de lidas, o senhor Presidente da Assembleia pôs à votação a admissibilidade das mesmas. Como nenhum senhor deputado se opôs, foram aceites por UNANIMIDADE.

Usaram então da palavra os senhores:

### **DRA. ERCILIA COSTA – PS**

No uso da palavra disse que as duas propostas conflituam entre elas. Uma pede uma nova redacção para poder ser discutida. Outra pede apenas o adiamento. Sendo assim, parece-lhe que apenas uma delas pode ser votada que é a que propõe o adiamento.

### **PROF. PEDRO VAREJÃO – PSD**

No uso da palavra, disse que se aprovarmos os Estatutos, estamos a obrigar o Município a aderir ao Instituto. Parece-lhe que deve ser em primeiro lugar discutida e votada a adesão e só depois os Estatutos. Essa parece ser a forma correcta. Daí, o PSD manter a proposta de adiamento.

### **DRA. ELISA ANTUNES – BE**

No uso da palavra, defendeu a proposta do BE dizendo que ela é curta, clara e objectiva. Afinal, o que se pede é que o teor da proposta da Câmara tenha uma outra redacção, para dar cumprimento à lei. Perguntou se não seria mais lógico pedir que o Município pedisse a integração na Associação?

### **PROF. JORGE PINTO – PS**

No uso da palavra, disse que é de absoluta pertinência dizer-se que a proposta do PSD faz todo o sentido ter sido apresentada. Uma vez que a matéria e a documentação é a mesma, é lógico propor que o agendamento tivesse outra redacção. Parece-lhe que o adiamento é a melhor solução. Devia dividir-se o assunto em dois: um pedir a adesão outro a aprovar os estatutos. Só assim faz sentido.

### **DR. ADRIANO SANTOS – CDS**

No uso da palavra, disse que a lei não é clara. Seria interessante que alguns dos assuntos que são agendados fosse previamente estudados e apresentados de acordo com a lei e de uma forma clara para que não se perca depois tempo a discutir actos inúteis.

### **ENG. HENRIQUE BAPTISTA- PSD**

Relativamente a este ponto, disse que qualquer das hipóteses é demasiado séria para ser discutida levemente. O assunto nem sequer devia ter sido agendado. A proposta do PSD aponta para a retirada do ponto agendado.

### **PROF. PAULO VASCONCELOS – PRESIDENTE DA JUNTA DA LOMBA**

Disse que a melhor solução é o adiamento, até porque há elementos da Assembleia que nem sequer conhecem a história deste assunto. Se

assim for, numa próxima assembleia será então possível discuti-lo com clareza.

Por sua vez a senhora deputada **ELISA ANTUNES**, disse que não se opunha a que se votasse só a proposta do PSD que opta e bem pela retirada e adiamento.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi de imediato posta à votação a proposta de adiamento. Dessa votação, resultou por UNANIMIDADE o adiamento.

Entretanto foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que disse que a responsabilidade do agendamento é do senhor Presidente da Assembleia. O senhor Presidente da Câmara pode fazer as asneiras que quiser, porque depois deve ser o senhor Presidente da Assembleia a corrigi-las. Disse de seguida ao BE que a proposta não é do Presidente da Câmara ma sim do PSD e Movimento Amaramarante. A Câmara apenas cumpriu a lei.

Continuou a intervenção, dizendo que este assunto não pode ser discutido a dois tempos. Ninguém pode deliberar autorizar a Câmara a entrar numa associação sem saber quais são os respectivos estatutos, porque são eles que fixam os objectivos da associação e as obrigações de cada associado. Se assim fosse, poderíamos ser levados à chicana política. Imagine-se que se aprova a adesão e depois não se aprovam os estatutos. Que poderes passa a ter o Presidente da Câmara para assinar a escritura?

Por fim, usou também da palavra o senhor **ENG. BATISTA**, que disse que a primeira proposta é do senhor Presidente da Câmara. O PSD nessa altura propôs a alteração aos estatutos. A Câmara tem já uma associação com os mesmos fins, mas que neste momento está inactiva. Para quê constituir outra?

### **PONTO Nº 3 – ANÁLISE DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA FIXAÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA VIGORAR EM 2010**

Relativamente a este ponto, deu entrada uma proposta do BE, que foi lida pelo senhor Presidente da Assembleia e se dá por transcrita. Encontra-se nos anexos desta acta onde poderá ser lida na integra.

Terminada a leitura, foi posta à discussão a admissibilidade da proposta. Ninguém se opôs. Ficaram em discussão duas propostas: a da Câmara e a do BE. Usaram da palavra os senhores:

#### **D<sup>a</sup> ELISA ANTUNES – BE**

No uso da palavra, disse que a proposta do Executivo propõe a taxa máxima de 0,7%, taxa essa demasiado penalizadora porque o valor patrimonial subiu de tal forma que onera demasiado a importância a pagar.

Deu um exemplo de um prédio que avaliado em 2003 tinha um valor patrimonial de 900€ e que paga 160€. Avaliado agora atinge um valor de 20.000€, o que fará com que as pessoas paguem o dobro. É muito elevada

a taxa que o município quer impor aos edifícios avaliados em 2007. A taxa proposta pelo BE é mais justa e consentânea com a realidade e como tal deve ser levada em conta.

### **SR. ANTÓNIO DUARTE – CDU**

No uso da palavra, começou por dizer que há municípios com taxas mais elevadas, como por exemplo Vila de Conde que aprovou recentemente uma taxa de 0,8%. Isto deve-se sobretudo à preocupação das Câmaras em conseguir receitas, porque nos últimos tempos a Administração Central nada mais tem feito do que obrigar as autarquias locais a conseguirem-nas. Há efectivamente autarquias com graves dificuldades, muitas vezes provocadas por má gestão. No caso de Amarante tem havido alguma coerência e alguma compreensão tendo em conta as dificuldades que o país atravessa, dificuldades essas provocadas pelo governo PS. Dado o equilíbrio explicado na proposta a CDU votará a favor dos valores apresentados.

### **DRA. ERCILIA COSTA – PS**

No uso da palavra, disse que as pessoas podem sempre pedir uma reavaliação dos prédios. A proposta do BE enferma por não ter esse pormenor logo, não é assim tão clara quanto isso. Pode-se até chamar a proposta do BE de demagógica e populista.

### **DRA. AMÉLIA OLIVEIRA – PSD**

No uso da palavra confirmou essa reavaliação e disse que para aqueles proprietários que conseguirem novos valores ficarão com uma taxa de 0,2.

### **D<sup>a</sup> ELISA ANTUNES – BE**

Disse que efectivamente é possível pedir uma reavaliação. Mas para isso era preciso que isso fosse publicitado para que as pessoas o pudessem fazer. Será demagogia pedir para baixar as taxas? E quando a Câmara o fez não era demagógico? Este tipo de atitude não fica bem ao PS.

### **DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE**

No uso da palavra o senhor Presidente disse que já era tempo de desmascarar a atitude do BE. O BE é claramente um partido de direita, muitas vezes de extrema-direita travestida de extrema-esquerda. A proposta do BE visa afinal beneficiar quem tem mais dinheiro e que construiu ou pretende construir sem recurso ao crédito. Aliás vejamos o exemplo que deram. Um prédio que em 2000 valia 900 €, passou em 2007 para 20.000€. Perguntou quem é que sendo da classe média/baixa e que construiu recentemente não tenha contraído um empréstimo e cuja avaliação não tenha dado um valor igual ou até superior ao valor real do imóvel? O que o BE quer é que a classe média/baixa que recorreu a

empréstimo e ficou endividada por muitos anos pague uma taxa muito mais alta que aqueles que não recorrendo a empréstimo construíram há muitos anos bons palacetes. A proposta da Câmara pretende contrariar isso, para que a breve prazo haja maior justiça e toda a gente esteja no mesmo regime. A justiça fiscal reclama isso e por isso o BE fica muito bem na fotografia que faz na contraproposta.

### **D<sup>a</sup> ELISA ANTUNES – BE**

No uso da palavra disse que lamentava a falta de educação do senhor Presidente da Câmara quando se dirige a ela. Exige-lhe que seja educado. Quer ele concorde ou não as propostas do PS não são mais honestas que as do BE. Se calhar gostava que o BE o tratasse mal, mas não vai ter esse prazer. A forma de estar do senhor Presidente da Câmara não a intimidará.

### **DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra disse que está a falar para o BE e não para a Elisa. Isso queria ela. A pessoa Elisa Antunes não lhe interessa. Interessam-lhe as posições dos partidos.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação da proposta da Câmara, seguida da votação da proposta do BE. A primeira obteve **72 VOTOS A FAVOR** e foi também aprovada em **MINUTA POR UNANIMIDADE**. A segunda obteve **1 VOTO A FAVOR** e **2 ABSTENÇÕES**.

### **PONTO Nº 4 – APROVAÇÃO DA MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE AMARANTE E A DIRECÇÃO GERAL DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS (DGIE), PARA A CONSTRUÇÃO DO NOVO QUARTEL DO DESTACAMENTO DA GNR DE AMARANTE**

Relativamente a este ponto, usaram da palavra os senhores:

### **ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD**

No uso da palavra começou por dizer que votará este ponto em consonância com a bancada do PSD. Dirigiu-se de seguida ao senhor Presidente da Câmara lembrando-lhe a frase que ele utiliza muitas vezes “à mulher de César não basta ser séria, é preciso parece-lo”. Acrescentou que politicamente à mulher de César não basta parecer, é preciso ser. Continuou a intervenção dizendo que na reunião de 26/06/08 e a pedido do senhor Presidente da Câmara foi aprovado um empréstimo que servia entre outras parcelas para se adquirir o terreno para o quartel da GNR, porque era urgente. Defendia o senhor Presidente que aquele era o local certo por excelência. A Assembleia naturalmente, confiando votou favoravelmente. Só posteriormente é que veio à Assembleia um pedido para a compra da Adega Cooperativa. A razão invocada na altura, era o preço e também impedir que os construtores comprassem o espaço.

Pretendia-se assim impedir ali construção casuística. Comprometeu-se na altura a Câmara a fazer um estudo de ordenamento para aquele espaço. Foi esse o compromisso assumido pelo senhor Presidente da Câmara.

Perante tudo isto não se percebe porque é que estando prevista uma verba para a compra de um terreno há 10 anos e que era urgente, só agora volte a ser urgente. Perguntou também se para a parte restante do terreno vai ser feito algum desenvolvimento urbanístico de modo sustentável para o futuro ou se é mais uma obra casuística? Foi com demasiada pressa que este assunto voltou à Assembleia. Esta decisão foi aprovada na reunião de 16 de Novembro. O senhor Presidente sabe que a aprovação da acta só se fará na próxima segunda feira. Não há garantia de que a acta seja aprovada na próxima assembleia. Perante estes pressupostos gostava de ser esclarecido.

### **DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CAMARA**

No uso da palavra, o senhor Presidente começou por dizer que a primeira escolha para o Quartel da GNR foi a Primeira Linha da Tabopan. Depois pensou-se nas instalações da cadeia Comarcã . Não será preciso explicar muito mais porque nas actas de uma reunião de Fevereiro de 2003 está explicado todo o historial deste processo.

Quando a Câmara comprou a Adega havia para lá um projecto com um índice de construção de 1,2. Era, como facilmente se compreenderá exagerado para o local. Estava nessa altura em elaboração um Plano de pormenor para aquele local, da autoria do Arquitecto Célio Costa.

Neste momento a Câmara está a propor uma volumetria inferior àquilo que é ocupado pelo actual edifício. O assunto vem à Assembleia mais pelo facto de estar em questão a cedência de parte do terreno

O protocolo implica que o município ceda o imóvel em direito de superfície.

Outra das razões é pelo facto de ultrapassar valores que a Câmara só por si não pode autorizar. Quanto ao aspecto formal da proposta, disse-lhe que a minuta é válida enquanto não houver a aprovação definitiva da acta. Ninguém pôs em causa a votação a votação de 16 de Novembro.

A pressa de trazer o assunto à Assembleia, prende-se apenas com o facto do PS apenas está a cumprir um compromisso eleitoral.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

**VOTOS A FAVOR – 35**

**ABSTENÇÕES – 42**

**VOTOS CONTRA – 0**

Este ponto foi seguidamente aprovado em minuta por UNANIMIDADE.

**PONTO Nº 5 – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA EXERCER O MANDATO 2009/2013 NA ASSEMBLEIA DISTRITAL DO PORTO.**

Antes de ser dado início ao processo eleitoral deste ponto, O senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou como iria decorrer o mesmo. Serviu a mesma explicação para os restantes pontos da Ordem de Trabalhos.

Deram entrada na Mesa da Assembleia 2 listas. Uma do PSD que foi denominada lista A e apresentava como candidato o senhor Presidente da Junta da Lomba, senhor Paulo Vasconcelos. Outra do PS que foi denominada lista B que apresentava como candidato o senhor Presidente da Junta de Padronelo, senhor Luís Ribeiro da Silva. Contados os votos, saiu vencedora a lista A com 43 votos a favor. O candidato da lista B obteve 36 votos. Não houve votos brancos nem nulos.

#### **PONTO Nº 6 – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO CONCELHIA DE SAÚDE**

Para esta eleição deram também entrada na Mesa duas listas. A do PSD denominada lista A composta pelo senhor deputado Carlos Marques da Silva Macedo. A lista B, afecta ao PS propunha o senhor deputado José Francisco Rodrigues. Decorrido o acto eleitoral e contados os votos, saiu vencedor o senhor deputado Carlos Marques Silva Macedo da lista A com 42 votos a favor. O candidato da lista B obteve 35 votos. Houve nesta eleição um voto nulo.

#### **PONTO Nº 7 – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DA JUNTA PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL.**

A exemplo dos actos eleitorais anteriores apareceram também duas listas. A denominada lista A, afecta ao PSD, apresentou como candidato o senhor Presidente da Junta de Carvalho de Rei. A lista B afecta ao PS apresentou como candidato o senhor Presidente da Junta de Aboadela.

A lista A obteve 41 votos a favor enquanto que a lista afecta ao PS obteve 38 votos a favor.

#### **PONTO Nº 8 – ELEIÇÃO DE TRÊS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO CONCELHIA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS.**

Para este acto eleitoral foi entregue à Mesa da Assembleia apenas uma lista composta pelos senhores deputados Luís Rua Van Zeller de Macedo, Eduardo Jorge Medeiros Pinto e Avelino Carmo. Contados os votos verificou-se que a lista foi eleita com 79 votos a favor. Não houve votos contra nem nulos.

#### **PONTO Nº 9 – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO**

Foram entregues na Mesa da Assembleia Municipal duas propostas, que a exemplo das anteriores foram denominadas A e B. A lista A afecta ao PSD apresentava como candidato o senhor Presidente da Junta de Louredo, senhor Carlos Alberto Mendes Magalhães. A lista B afecta ao PS

apresentava como candidato o senhor Presidente da Junta da Madalena, senhor Joaquim António Pinheiro. Foi eleito o candidato da lista A com 43 votos a favor. O Candidato da lista B obteve 36 votos a favor.

#### **PONTO Nº 10 – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS**

Para esta eleição foram também entregues duas listas. Uma afecta ao PSD, denominada lista A e que apresentava como candidato o senhor Presidente da Junta de Ansiães, senhor Armando Batista Carvalho. A Lista B afecta ao PS apresentava como candidato o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, senhor Américo Paulo da Silva Ribeiro. Foi eleito o senhor Armando Batista Carvalho da lista A com 40 votos a favor. O candidato da lista B obteve 39 votos.

#### **PONTO 11 – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR UMA COMISSÃO D ACORDO COM O Nº 2 DA PORTARIA Nº 518/04 DE 20 DE MAIO, A QUEM CABE DECIDIR DOS PEDIDOS DE INSTALAÇÃO E MODIFICAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO A RETALHO**

O representante eleito foi o senhor Fernando da Silva Soares Carneiro, proposto pelo PSD e que formou a lista A. O PS apresentou como candidato o senhor Joaquim Cândido Leite Moreira, afecto à lista B. O primeiro obteve 42 votos e o segundo 37 votos.

#### **PONTO Nº 12 – ELEIÇÃO DE UM ELEMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA**

Relativamente a este ponto usaram da palavra os senhores:

##### **DRA ERCILIA COSTA – PS**

No uso da palavra, disse que este ponto não está bem agendado. Prevê um nº de elementos e não um membro. Ou se retira, ou então deve saber-se primeiro quantos elementos devem ser eleitos.

Seguidamente entrou na mesa uma proposta do PSD que apresentava como candidato o senhor deputado Eng. Henrique Batista.

A senhora deputada Dra. Ercília Costa usou de novo a palavra para dizer que o Partido Socialista não apresentou proposta porque da maneira que está a redacção do agendamento não tinham forma de o fazer.

Perante estas indefinições, o senhor Presidente da Mesa propôs a retirada do ponto, o que veio a acontecer com o acordo unânime de todos os presentes.

### **PONTO Nº 13 – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E O SEU SUPLENTE PARA A PARTICIPAÇÃO DO XIX CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES (ANMP)**

Deram entrada na Mesa da Assembleia duas propostas. Uma do PSD denominada a exemplo das anteriores lista A que apresentava como candidato o senhor Presidente da Junta de Gondar, senhor António Bastos Teixeira. A do PS denominada lista B apresentava como candidato o senhor Presidente da junta de Real, senhor José Augusto Sousa Oliveira.

Foi eleito o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar com 41 votos a favor. O candidato da lista B obteve 37 votos.

### **PONTO 14 – DELIBERAR SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO PARA EFECTUAR AS CORRECÇÕES NECESSÁRIAS AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AMARANTE**

Deu entrada na Mesa uma proposta conjunta do PS/PSD que propunha 2 elementos do PS, 2 do PSD, um elemento do CDS/PP, um elemento da CDU e um elemento do BE. A proposta foi votada tendo sido aprovada por UNANIMIDADE.

### **PONTO Nº 15 - NOMEAÇÃO DE 4 PESSOAS, DE ENTRE CIDADÃOS ELEITORES, NOS TERMOS DO ARTIDO 17º ALINEA I DA LEI Nº 147/99 DE 1 DE SETEMBRO, PARA INTEGRAREM A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO (CPCJ)**

Deu entrada na Mesa uma proposta conjunta do PS/PSD subscrita, pelas senhoras deputadas Dra. Ercília Costa e Dra. Amélia Oliveira, que propunham para fazer parte da referida Comissão os senhores: Carlos Carvalho, Eugenia Moura, Sara Luísa Magalhães Maia e Maria Rosa Marques Oliveira Coelho. Entretanto o senhor deputado da CDU António Duarte apresentou também uma proposta com o nome do senhor Ricardo Miguel Silva, cidadão de quem disse ter sensibilidade para tratar dos casos que possam aparecer. O assunto é sério de mais para ser tratado levianamente.

Foram então analisadas as duas propostas pela Mesa da Assembleia. Conclui-se que com a entrada desta nova proposta fica alterada a formação da lista e a forma de nomear as pessoas uma vez que parecia não haver consenso. A proposta da CDU também não cumpre o agendado. Depois de um breve compasso de espera, foi proposto o adiamento do ponto em questão, até porque poderia eventualmente não haver a anuência plena das pessoas envolvidas. Perante este novo cenário foi proposto o adiamento. O adiamento foi votado com 76 votos a favor e duas abstenções.

Cumprida a Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram 14,30 horas. Desta sessão da Assembleia, foi lavrada a presente acta que depois de

aprovada vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e os seus Secretários.

**O PRESIDENTE** \_\_\_\_\_

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_

**O SEGUNDO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_

